

ESTATUTO DO LAR DAS CRIANÇAS ESPECIAIS DE SAQUAREMA - LACES

I - DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1° - O LAR DAS CRIANÇAS ESPECIAIS DE SAQUAREMA, também designada pela sigla LACES, é uma Associação com fins não econômicos, constituída em 15 de dezembro de 2002, e será regida por este Estatuto e pelas normas legais pertinentes.

II- DA SEDE E DO PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 2° - O LACES terá sua sede no município de Saquarema, à Av. Saquarema, n°. 3.545, bairro Porto da Roça, Estado do Rio de Janeiro-RJ, podendo abrir filiais ou agências em outras cidades ou unidades da Federação.

Art. 3º - O prazo de duração do LACES é por tempo indeterminado.

III- DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 4° - O LACES tem por finalidade:

a) promover o bem estar e ajustamento social das pessoas especiais de todas as idades, onde quer que estejam, em casa, no trabalho, na comunidade, nas instituições e nas escolas;

 b) cooperar com as entidades públicas e privadas empenhadas na educação e na assistência social das pessoas especiais;

c) estimular estudos e pesquisas relativas as pessoas especiais;

d) desenvolver a cultura especializada e o treinamento de pessoal destinado a trabalhar no campo da educação e assistência social para as pessoas especiais;

e) criar e promover junto aos **órgãos competentes** a criação de centros ocupacionais e oficinas para reabilitação das pessoas especiais;

f) fomentar a mais estreita cooperação entre pais e mestres, através de circulos de pais, com a discussão dos assuntos ligados as pessoas especiais;

g) incentivar a formação da personalidade do educando especial mediante trabalhos extracurriculares de caráter profissional, com oportunidade para orientação vocacional;

h) promover e incentivar a criação de bolsas de estudo a fim de atender as pessoas especiais sem recursos, possibilitando-lhes assistência técnica e profissional;

i) incentivar a criação de biblioteca especializada;



i) manter atendimento com técnicos especializados a pessoas especiais;

k) incentivar as pessoas especiais à prática de esportes, ao lazer e a cultura,

l) desenvolver programa de sustentabilidade, incluindo a utilização de recursos renováveis, reciclagem de materiais e a educação ambiental para todos as pessoas especiais, beneficiárias diretas, indiretas e suas famílias;

m) firmar convênios, ajustes e contratos com instituições públicas e privadas

para desenvolvimento dos objetivos sociais.

Parágrafo único - O termo especial é interpretado de maneira que inclui crianças, adolescentes e adultos que se diferem em relação a uma ou várias características mentais, sensoriais e físicas, ou quaisquer combinações destas, que os impossibilitem de realizar atividades corriqueiras no meio social.

IV- DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 5° - O LACES é constituido por número ilimitado de sócios, os quais terão as seguintes categorias: Sócios Fundadores, Sócios Efetivos, Sócios Contribuintes e Sócios Beneméritos.

a) são s**ócios fundadores** as pessoas fisicas que assinaram os atos constitutivos da entidade.

b) são s**ócios efetivos** as pessoas fisicas cuja admissão foi aprovada pela Diretoria Executiva, a partir da indicação de outro sócio, fundador ou efetivo;

c) São sócios contribuintes as pessoas físicas ou jurídicas, que venham a contribuir mensalmente com recursos financeiros para execução de projetos

e a realização dos objetivos do LACES.

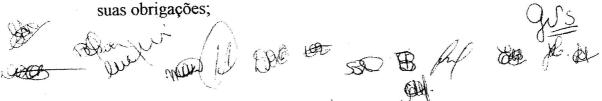
d) São sócios beneméritos aqueles que, tendo prestado relevantes serviços ao LACES, sejam indicados pela Diretoria para essa categoria.

Art. 6° - Os associados, qualquer que seja sua categoria, não respondem individual ou solidariamente pelas obrigações do LACES, nem pelos atos praticados pela Presidência.

Art. 7° - São direitos dos associados:

a) os sócios fundadores e sócios efetivos, admitidos até 90 (noventa) dias antes das Assembléias Gerais específicas, e em dia com suas obrigações pecuniárias, poderão votar e ser votados para cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;

b) participar de todas as atividades associativas, desde que estejam em dia com





c) propor a criação e integrar comissões e grupos de trabalho, quando designados para estas funções pela Diretoria;

d) apresentar propostas, programas e projetos de ação para o LACES;

Parágrafo Único - Os direitos sociais previstos neste Estatuto são pessoais e intransferíveis.

Art. 8° - São deveres dos associados:

a) observar o Estatuto, regulamentos, regimentos, deliberações e resoluções dos órgãos da associação;

b) cooperar para o desenvolvimento e maior prestigio do LACES e difundir

seus objetivos e ações.

c) honrar com as contribuições associativas, de acordo com a categoria de associado;

Art. 9° - Considera-se falta grave, passível de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material para o LACES.

V- DA ADMISSÃO DO ASSOCIADO

Art. 10 - Poderão filiar-se somente pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa e, para seu ingresso, serão indicados por sócio fundador ou efetivo, que submeterá a indicação à Diretoria Executiva e, uma vez aprovada, terá seu nome, imediatamente, lançadó no livro/ficha de associados, com indicação de seu número de matrícula e categoria à qual pertence.

VI - DA DEMISSÃO DO ASSOCIADO

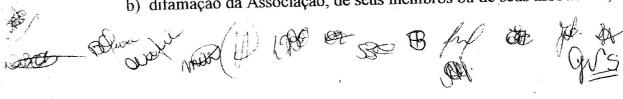
Art. 11 – É direito do associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

VII- DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

Art. 12 – A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

a) violação do estatuto social;

b) difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;



c) atividades contrárias às decisões das Assembléias Gerais;

d) desvio dos bons costumes;

e) conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;

f) falta de pagamento de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

§ 1º - Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da comunicação;

§ 2º - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria Executiva, por maioria simples de votos dos

diretores presentes;

§ 3º - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso por parte do associado excluído, à Assembléia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias contados do conhecimento inequívoco da decisão de sua exclusão.

§ 4º - O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação, a critério da Diretoria Executiva.

VIII- DA APLICAÇÃO DAS PENAS

Art. 13 - As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

a) advertência por escrito, pela ocorrência do fato mencionado na letra "a" do art. 12 deste Estatuto;

b) suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano, pela ocorrência dos fatos

mencionados na letras "b" e "c" do art. 12 deste Estatuto;

c) eliminação do quadro social, pela ocorrência do fato mencionado nas letras "d a "f" do art. 12 deste Estatuto.

IX- DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 14 - A Assembléia Geral é o órgão máximo da Associação, e é constituída pelos sócios fundadores e efetivos do LACES;

Art. 15 - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, e ordinariamente, no mínimo, uma vez por ano, para deliberar sobre temas administrativos relevantes do LACES.

Art. 16 - As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente, ou por 1/5 dos associados fundadores e efetivos.





Paragrafo Único - A convocação da Assembléia Geral, ordinária ou extraordinariamente, será comunicada com antecedência mínima de 8 (oito) dias, com publicação em órgão de imprensa ou através de correspondência.

Art. 17 - O quorum mínimo exigido para a instalação da Assembléia Geral, em primeira convocação é de 50% mais um dos sócios com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

X- DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18 - O LACES será dirigido pela Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de 4 (quatro) anos, podendo ser reeleita, composta dos seguintes membros: a) Presidente, b) Vice-Presidente, c) Tesoureiro, d) Secretário e, e) Diretor Social.

Parágrafo único - Não será remunerado o exercício das funções dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Art. 19 - Compete ao Presidente:

a) representar o LACES em juízo ou fora dele;

b) convocar e presidir as Assembléias gerais e/ou reuniões da diretoria;

c) apresentar à Assembléia Geral o Relatório da Atividades do LACES, bem como o Orçamento para o exercício;

d) assinar com o Tesoureiro cheques emitidos e quaisquer outros documentos que impliquem em responsabilidades financeiras da Entidade junto a terceiros;

e) assinar contratos, convênios e parcerias;

f) assinar portarias, oficios, cartas, nomeações, admissões, demissões, licenças, suspensões, empossar e dar procurações pelo LACES de acordo com as normas estatutárias.

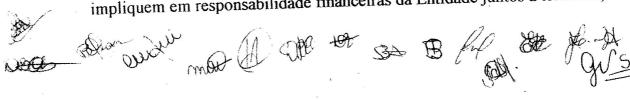
Art. 20 - Compete ao Vice-Presidente:

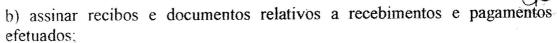
a) substituir o Diretor Presidente no caso de ausência, licença, impedimento e afastamento;

b) colaborar com a diretoria executiva em todos os assuntos da Associação;

Art. 21 - Compete ao Tesoureiro:

a) assinar, com o Presidente, cheques e quaisquer outros documentos que impliquem em responsabilidade financeiras da Entidade juntos a terceiros;





c) superintender os serviços de caixa e contabilidade;

d) preparar toda documentação para elaboração dos balancetes e Balanços anuais à apreciação da Diretoria, a qual os encaminhará ao Conselho fiscal;

e) proceder pagamentos de despesas autorizadas pela presidência;

f) manter em dia a escrituração do caixa e a documentação em ordem para efeito de fiscalização.

Art. 22 - Compete ao Secretário:

a) supervisionar os serviços administrativos da secretaria e do expediente administrativo da associação;

b) guardar os livros sociais e neles lavrar atas e os termos de posse dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

c) manter em dia a correspondência de rotina, dando ciência e encaminhandoas aos setores destinatários;

d) providenciar o registro das atas de Assembléias Gerais em Cartório de Notas:

e) redigir em livro próprio as atas das reuniões da Diretoria Executiva;

f) exercer as demais atribuições inerentes ao seu cargo.

Art.23 – Compete ao Diretor Social:

- a) promover eventos sociais, com a participação de associados e convidados;
- b) coordenar as comemorações cívicas e promover as atividades de lazer para os associados e convidados;

XI- DO CONSELHO FISCAL

Art. 24 - O Conselho Fiscal do LACES, eleito pela Assembléia Geral, compor-seá de 03 (três) membros, todos com mandato de 04 (quatro) anos. Dentre os membros será eleito o seu Presidente, sendo que quando da sua falta será substituído pelo Conselheiro de mais idade.

Art. 25 - O Conselho Fiscal se reunirá no mínimo uma vez por ano, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo único - Todas as reuniões do Conselho Fiscal serão lavradas em atas em livro próprio.

Art. 26 - São atribuições do Conselho Fiscal;

And Sund with more of the BA BA GUS

a) opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil;

b) fiscalizar o patrimônio da associação, deliberando sobre sua aprovação e emitindo pareceres ao órgão superior;

c) examinar documentos contábeis e suas escriturações;

d) acompanhar auditorias e verificar as publicações pertinentes de contas.

XII- DAS ELEIÇÕES

Art. 27 - Entre 90 (noventa) e 10 (dez) dias antes de findar o mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, será convocada uma Assembléia Geral para eleição, direta e secreta, para novo mandato.

Art. 28 - Só poderão exercer o seu direito ao voto os Sócios Fundadores e Sócios Efetivos, quites com todas as obrigações com o LACES e em gozo de suas prerrogativas.

Art. 29 - Em qualquer votação procedida pelo LACES, cada associado terá direito apenas de dar um voto, não se admitindo procurações.

Art. 30 - As eleições da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal deverão ocorrer na Assembléia Geral Extraordinária exclusivamente convocada para tal fim.

Parágrafo único - As eleições realizar-se-ão, conjuntamente, por chapa completa de candidatos, apresentada à Assembléia Geral.

XIII- DA PERDA DO MANDATO

Art. 31 - A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, será determinada pela Assembléia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

a) malversação ou dilapidação do patrimônio social;

b) grave violação deste estatuto;

c) abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Associação;

d) aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na Associação;

e) conduta duvidosa.

e) conduta duvidosa.



§ 1º – definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será notificado dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação;

§ 2º – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembléia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, que deliberará por maioria absoluta dos presentes, em primeira convocação, e com qualquer número em segunda convocação, 30 minutos após a primeira, onde será garantido o amplo direito de defesa.

XIV- DA RENÚNCIA

Art. 32 - Em caso renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido pela Assembléia Geral.

XV- DA RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS

Art. 33 - Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.

XVI- DO PATRIMÔNIO E FONTE DE RECURSOS

Art. 34 - São patrimônio e fontes de recurso da Associação:

a) contribuições mensais dos associados contribuintes;

b) doações, legados, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e, ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de eventos;

c) valores ingressados através de convênios, subvenções e contratos com empresas públicas e privadas;

XVII- DA VENDA DOS BENS

Art. 35- Os bens móveis e imóveis da Associação poderão ser alienados, mediante prévia autorização de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da Associação.



XVIII- DA REFORMA ESTATUTÁRIA



Art. 36 - O presente estatuto social poderá ser alterado e reformado, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, por deliberação da maioria absoluta dos associados fundadores e efetivos, em dia com suas obrigações, em primeira convocação, e em segunda convocação, 30 minutos após a primeira, com qualquer número de associados.

XIX - DA DISSOLUÇÃO

Art. 37 - A Associação poderá ser dissolvida a qualquer tempo, mediante deliberação de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados fundadores e efetivos em dia com suas obrigações sociais, deliberando por 2/3 dos referidos associados em primeira convocação e em segunda, 30 minutos após a primeira, com qualquer número dos associados.

Parágrafo único - Em caso de dissolução da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes serão destinados para outra entidade assistencial com fins idênticos ou semelhantes ao LACES, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade no Município de Saquarema e na sua falta, com sede em outro Município do Estado do Rio de Janeiro.

XX- DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 38- O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.

Art. 39 - As demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas dentro dos primeiros 60 (sessenta) dias do ano seguinte ao Conselho Fiscal, para análise e emissão de parecer a ser encaminhado à Assembléia Geral para aprovação.

XXI- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 - A Associação não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, nas atividades fins da do LACES.

And the same of th

Art. 41 - É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam o LACES em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

XXII- DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

- Art. 42 Ficam mantidos os atuais mandatos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal eleitos em 16 de dezembro de 2008, para um mandato de 4 (quatro) anos, que se encerrará no dia 15 de dezembro de 2012.
- § 1°. O atual cargo de Diretor Administrativo passa a ser de Secretário, com as atribuições deste cargo, que acumulará o cargo de Vice-Presidente, até a eleição de nova Diretoria Executiva, que ocorrerá no prazo fixado pelo art. 27 deste Estatuto.
- § 2°. O atual cargo de Diretor Financeiro passa a ser de Tesoureiro, com as atribuições deste cargo, até a eleição de nova Diretoria Executiva, que ocorrerá no prazo fixado pelo art. 27 deste Estatuto.
- § 3° O cargo de Diretor Social será ocupado por pessoa indicada pelo Presidente, até a eleição de nova Diretoria Executiva, que ocorrerá no prazo fixado pelo art. 27 deste Estatuto.

XXIII- DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43 - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembléia Geral.

Art. 44 – Este Estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral em reunião realizada no dia 20 maio de 2012, entrando imediatamente em vigor, respeitando-se os atuais mandatos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e as disposições transitórias, até a eleição de uma nova Diretora Executiva e Conselho Fiscal, com o término dos atuais mandatos.

Saquarema, 20 de maio de 2012.

Saquarema, 20 de maio de 2012.

Caroli Decena Sievia Decena Antônio Francisco A. Nor Antô

o Cardin Milo da Cota les (14) . El an words da John to 12. Josefa Lopes de Novemento y 6. 13- Jania de Sctome S. Hume. A. Me Camba chies lecales planed. M. 15 Gizelia Rognali Salvera MS 16 Juneli Alivez de maven Cardeso de



6. Assistrado son o Mus. 17135 de 11975 à 12. 6. Assistrado son o Mus. 17135 de 11975 à 12. 19837688. 27 de Juny de 2417. Valido somente com o seio de fiscalizacac.

io Unico de Saquarema. Av.Saquarema, 883-Porto Novo ├ RJ - Titular: Carolina Rodriques da Silva Reconneco por AUTENTICIDADE als) firmais) de: DAYSE BRASIL DLIVEIRA VIGRIA. Cod:C9NU9HM22B1L Saquarema, AdelJunho de 2012

INHEIRO - SUBSTITUTO

Serventia 30% 13+FUNDOS : 1,31

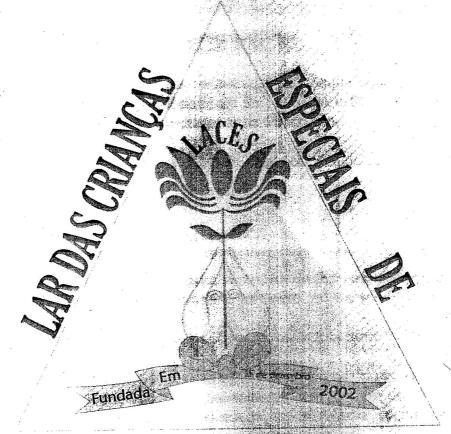
ESTATUTO

D # 2

1

1





SAQUAREMA

Fundada em 15 de dezembro de 2002 Av. Saquarema, nº 3545 – Porto da Roça - Saquarema – RJ Cep: 28993-000 CNPJ – 05.497.665/0001-76 Tel. (22) 2651-3309.